

Inflação dos três dígitos é tida como certa

Paul Singer

RARAMENTE foi tão difícil fazer previsões sobre o que deve acontecer com a economia brasileira como nesta véspera de 1987. De um lado, o fracasso do congelamento e, portanto, a volta da inflação — e “daquela” inflação de três dígitos — são líquidos e certos. O realinhamento de preços, que o governo federal está promovendo, constitui o mero reconhecimento deste fato, mas ao mesmo tempo representa o repasse dos custos aumentados aos preços por parte do próprio governo. Deste modo, tarifas dos serviços públicos e preços das empresas estatais sofrem altas acentuadas, o que significa a queda do último reduto contra a chamada “inflação inercial”. Em janeiro ou no máximo em fevereiro a escala móvel de salários será acionada, o que dará sinal para nova rodada de aumentos de preços.

Do outro lado, o déficit da balança em conta corrente (de mercadorias e serviços) está consumindo aceleradamente as reservas cambiais. Urge expandir novamente as exportações, o que dificilmente será conseguido sem um realinhamento do câmbio, o que o governo poderá fazer mediante uma maxidesvalorização do cruzado ou por meio da aceleração das minidesvalorizações diárias. Dum modo ou de outro, o aumento do preço das divisas encarecerá os produtos importados e exportados, o que deitará mais lenha na fogueira da inflação.

Há os que acreditam que o governo consiga reduzir consideravelmente as transferências ao exterior a título de juros mediante a renegociação da dívida externa. A correlação de forças entre o Brasil e seus credores não autoriza tal otimismo. Nossas reservas cambiais estão baixas e o aumento do preço do petróleo — que a Opep parece estar logrando — agrava nossa vulnerabilidade. Nestas circunstâncias, o governo não tem condições de impor decisões unilaterais, a não ser que, na ânsia de recuperar a popularidade a qualquer custo, ele se arrisque a uma espécie de “Guerra das Malvinas”, que poderia tomar a forma de ruptura com os credores e decretação da moratória. Neste cenário, o governo poderia, num primeiro momento, conseguir que as principais forças sócio-políticas do país cerrassem fileiras ao seu redor, dando-lhe poder para decretar medidas de emergência para reequilibrar a economia, tais como arrocho salarial, empréstimos compulsórios, aumentos tributários etc. Mas, em pouco tempo, a unanimidade acabaria em consequência da revolta das classes trabalhadoras, sobre cujos ombros cairia, sem dúvida, o ônus do ajuste. Feitas as contas, a economia de 8 a 10 bilhões de dólares de juros e dividendos, que deixariam de ser remetidos ao exterior em 1987, seria contrabalançada pela perda dos créditos de curto prazo (de valor maior), o que agravaria a penúria cambial pelo menos durante alguns meses, implicando a ameaça de derrota nesta “Guerra das Malvinas” à brasileira. Derrota que desencadearia pro-



Paul Singer

vavelmente uma profunda crise político-institucional. Nestas condições, não é de se esperar que o governo se exponha a riscos tão altos, embora o precedente do Cruzado II não permita excluir inteiramente esta possibilidade.

Seja como for, a economia brasileira entra em 1987 necessitando de um novo reajuste estrutural: é preciso, mediante compreensão do consumo, aumentar o excedente, tanto o excedente exportável quanto o excedente acumulável. A explosão inflacionária, que nos espera logo no início de 1987, é o resultado lógico dos conflitos distributivos, que constituirão a resposta das diversas classes sociais e frações de classe à tentativa de comprimir o seu consumo. Nesta situação, que em si não é inédita, só há duas saídas. Uma é o ajuste ortodoxo, que usa deliberadamente a recessão para romper a resistência dos assalariados mediante o aumento brutal do desemprego e ao mesmo tempo submete a pequena burguesia, incapaz de resistir a uma queda profunda da demanda por seus produtos. Como em 1981-84, a redução do ganho real dos trabalhadores assalariados e autônomos faz cair o consumo e permite recompor o excedente, saneando o balanço de pagamentos e permitindo, anos depois, a retomada do desenvolvimento.

Até o momento, o governo Sarney vem insistindo de que fará tudo para evitar a saída desastrosa. Resta então a outra saída, que até agora nunca se tentou mas que é perfeitamente viável: negociar uma redução do consumo supérfluo, garantindo a manutenção da demanda agregada em nível suficiente para encorajar as inversões e assim assegurar o crescimento da economia com nível elevado de emprego. A negociação, já anunciada pelo governo, teria que ser feita com representantes legítimos das classes sociais e só seria viável se tivesse como base consensual a melhora imediata e concreta das condições de vida das camadas mais pobres. Mesmo assim, não seria fácil, dada a enormidade do egoísmo e da miopia dos privilegiados. Seja como for, a unidade demonstrada pela CUT, CGT e outras entidades sindicais indica que a classe operária alcançou um novo patamar de maturidade. De sua capacidade de luta e lucidez dependem, em grande medida, os rumos da economia e da sociedade em 1987, um ano que pinta como sendo de ameaça e de oportunidade para o Brasil.